ANEXO III
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2014
(Art, 4º, § 2º, I, Lei Complementar nº 101/2000)

RELATIVA AO COMPORTAMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016. A título de avaliação do cumprimento de metas, a receita realizada em 2014 é comparada à receita prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e à receita realizada em 2013. Após, expõe-se a metodologia de cálculo da projeção da arrecadação para o quadriênio 2016-2019.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2014

Conforme demonstra a Tabela I, no exercício de 2014 a Receita Total de Origem Tributária do Distrito Federal foi de R\$ 13,1 bilhões, sendo superior em 9,1% à previsão constante do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2015.

A receita realizada dos impostos sobre a renda e o patrimônio foi superior à receita prevista em 11,2%, com destaque para a receita do ITCD, cuja realização superou a previsão em 92,2%.

No tocante aos impostos sobre produção e circulação de mercadorias, a receita realizada foi superior à prevista em 7,8%. A realização do ISS ficou superior à previsão em 16,0% e a do ICMS em 7,1%, enquanto que a receita do Simples foi inferior à previsão em 9,0%.

Quanto às Taxas, verificou-se realização de receita superior à prevista em 4,4%. Em relação às Outras Receitas de Origem Tributária, as receitas realizadas foram superiores em 15,7%, sendo que a realização de multas e juros dos tributos foram superiores à prevista em 7,0% e as receitas provenientes da dívida ativa, incluindo multas e juros, foram superiores em 17,9% às previstas.

TABELA I
COMPARATIVO RECEITA PREVISTA X REALIZADA EM 2014

Valores correntes em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO CONSIGNADA NA LDO (A)	RECEITA REALIZADA (B)	% DE REALIZAÇÃO DA PREVISÃO (B)/(A)
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	11.633.796	12.665.998	8,9%
IMPOSTOS	11.469.787	12.494.713	8,9%
SOBRE RENDA E PATRIMÔNIO	3.835.981	4.266.118	11,2%
IMPOSTO DE RENDA	2.316.478	2.612.009	12,8%
IPTU	511.526	550.372	7,6%
IPVA	644.186	696.590	8,1%
ITCD	46.356	89.086	92,2%
ITBI	317.434	318.061	0,2%
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	7.633.807	8.228.595	7,8%
ICMS	6.104.642	6.540.460	7,1%
ISS	1.185.604	1.375.364	16,0%
SIMPLES	343.560	312.771	-9,0%
TAXAS	164.009	171.285	4,4%
TLP	96.528	106.652	10,5%
OUTRAS TAXAS	67.481	64.633	-4,2%
II. OUTRAS REC. ORIGEM TRIBUTÁRIA	359.542	416.076	15,7%
MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS	71.017	75.999	7,0%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (1)	288.525	340.077	17,9%
III. TOTAL (I + II)	11.993.338	13.082.074	9,1%

Fonte: Receita Prevista - Lei nº 5.389/2014.

Receita Realizada - SIGGO

(1) Inclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa

Conforme a Tabela II, aponta-se ganho real de 4,1% do total das receitas de origem tributária em 2014 frente ao exercício de 2013, descontados os efeitos da inflação medida pelo IGP-DI.

Observa-se que os Impostos sobre Renda e Patrimônio apresentaram desempenho positivo de 7,3% em relação à receita de 2013. Nesse grupo, destacaram-se positivamente o Imposto de Renda e o IPVA, com incrementos de 14,5% e de 10,4%, respectivamente. Por outro lado, o ITCD e o ITBI apresentaram decréscimos de -44,8% e de -8,4%.

Os dois impostos de transmissão, ITCD e ITBI, apresentaram bases altas de comparação em 2013, sendo que a arrecadação do ITCD, no ano de 2013, foi alavancada pelos lançamentos sobre doações ocorridas entre 2008 e 2011, cujas informações fiscais foram obtidas junto à Receita Federal. Adicionalmente, o programa de recuperação de créditos "Recupera DF" incentivou o pagamento desses lançamentos. Apesar No entanto, registra-se que desde o segundo semestre de 2013 os cartórios passaram a efetuar o lançamento do imposto diretamente, o que produziu efeitos positivos na arrecadação do ITCD. Já a arrecadação do ITBI, em 2013, foi elevada em função da atualização da pauta imobiliária do imposto em julho de 2012. Observa-se ainda que Brasília é a única cidade das 20 pesquisadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe na qual houve queda nominal do preço do m² dos imóveis, de 0,35%, no acumulado de 2014.

Quanto à receita proveniente dos impostos sobre produção e circulação de mercadorias, obteve-se, no conjunto, elevação de 4,0%, sendo o aumento do ICMS, do ISS e do SIMPLES de 3,7%, 4,7% e 6,8%, respectivamente.

O crescimento de receita do ICMS em 2014 está associado a expansões na arrecadação da indústria e do comércio atacadista. A arrecadação da indústria no DF apresentou desempenho positivo, nitidamente na contramão da região Sudeste, a mais industrializada do país, como também superior comparado ao dos demais Estados da região Centro-Oeste. O desempenho da indústria distrital é, em parte, explicado pelo seu perfil, isto é, conjunto de segmentos que são importantes no DF e menos relevantes nacionalmente e, também em parte, pela implantação do IDEAS (Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Industrial), programa governamental que leva os contribuintes a recolherem como ICMS Normal o que era anteriormente liberado como ICMS Incentivado - PADES. Quanto ao comércio atacadista, o incremento foi fortemente influenciado pelo mês de dezembro de 2014, com 131,8% de acréscimo em relação a dezembro do ano anterior. Esse aumento pode ser explicado no âmbito do esforço fiscal, pelo ingresso extraordinário de receita proveniente de empresa atacadista de higiene e cosméticos, oriundos de alvará de levantamento.

O ISS apresentou crescimento de 4,7% relacionado ao aumento na arrecadação dos segmentos de instituições financeiras e de seguro e agenciamento de mão-de-obra e similares.

Em relação às Taxas, observa-se decréscimo de 4,7% na comparação com a receita de 2013, vinculado às reduções nas arrecadações da TLP e de Outras Taxas.

Houve ainda involução nas receitas da Dívida Ativa Tributária, incluindo Multas e Juros de Mora, e na receita de Multas e Juros dos Tributos. Observa-se que os ingressos provenientes do Recupera DF impactaram positivamente a base de comparação em 2013 desses tributos que apresentaram queda em 2014.

TABELA II
RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2014 x 2013

Valores em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	2013(1)	2014	Variação % 2014/2013	2013 (nominal)
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	12.068.953	12.665.998	4,9%	11.443.797
IMPOSTOS	11.890.274	12.494.713	5,1%	11.274.219
SOBRE RENDA E PATRIMÔNIO	3.974.546	4.266.118	7,3%	3.772.110
IMPOSTO DE RENDA	2.281.278	2.612.009	14,5%	2.165.085
IPTU	553.474	550.372	-0,6%	525.284
IPVA	631.034	696.590	10,4%	598.894
ITCD	161.364	89.086	-44,8%	153.145
ITBI	347.395	318.061	-8,4%	329.701
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	7.915.728	8.228.595	4,0%	7.502.109
ICMS	6.308.699	6.540.460	3,7%	5.987.377
ISS	1.314.227	1.375.364	4,7%	1.238.746
SIMPLES	292.803	312.771	6,8%	275.986
TAXAS	178.679	171.285	-4,1%	169.578
TLP	110.141	106.652	-3,2%	104.531
OUTRAS TAXAS	68.538	64.633	-5,7%	65.047
II. OUTRAS RECEITAS	492.644	416.076	-15,5%	467.552
MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS	80.762	75.999	-5,9%	76.648
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (2)	411.882	340.077	-17,4%	390.904
III. TOTAL (I + II)	12.561.597	13.082.074	4,1%	11.911.349

Fonte primária: SIGGO.

Notas: (1) Valores constantes a preços de 2014 - IGP-DI médio.

(2) Inclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

A seguir, as considerações relativas a recursos de todas as fontes.

AValiação Considerando Recursos de Todas as Fontes Fatores Macroeconômicos – Exercício de 2014

<i>Índices</i>	<i>Projetado</i>	<i>Realizado</i>
PIB Brasil	1,96	0,15
Inflação (IPCA) Brasil	5,92	6,41

Fonte: Projetado - LDO 2014; Realizado – Banco Central e IBGE

O aumento do ceticismo que tomou conta da população brasileira em relação aos rumos da economia, dado que sinais apontavam para a desaceleração da atividade econômica, aliada a conjuntura econômica vistas no cenário internacional, ensejou o resultado de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que, na prática, demonstra a estagnação econômica, alcançando apenas 0,1% de crescimento, quando já havia uma previsão conservadora de 1,96%.

Por outro lado, a inflação, medida pelo IPCA, apontou crescimento, fechando o exercício de 2014 com 6,41%, segundo o Banco Central do Brasil.

Neste contexto, é tempestivo considerar a economia no último ano de Governo, onde a administração pública é obrigada a restringir a atividade econômica e administrativa, em função de limites estabelecidos na Lei Eleitoral, Lei nº 9.504/1997, bem como de orientações estabelecidas no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, que veda a execução ou assunção de despesas sem que tenham recursos orçamentários e financeiros suficientes ou que permitam a inscrição em Restos a Pagar. Isso para permitir igualdade de condições de outros candidatos, no pleito eleitoral.

Diante disso, há que se ressaltar que, em face da necessidade de as contas do exercício de 2014 alcançarem os diversos limites fiscais e constitucionais, diversas foram as medidas de Governo deflagradas no exercício de 2014, com vistas ao controle das finanças no exercício, já a partir das restrições a serem implementadas ainda no primeiro semestre, no que dizem respeito à publicidade e propaganda, pessoal, execução de obras, dentre outras.

Assim, considerando esse panorama econômico, a atividade fiscal no Distrito Federal, verificada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, referente ao 3º Quadrimestre de 2014 apresentou o seguinte comportamento:

AValiação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

AMF - Demonstrativo II (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

DISCRIMINAÇÃO	Metas	% PIB	Metas	% PIB	Variação	
	Previstas		Realizadas		Valor	%
	em 2014		em 2014		(c) = (b-a)	(c/a) x 100
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	
Receita Total	21.451.121	0,397	18.916.078	0,343	-2.535.043	-11,82
Receitas Primárias (I)	18.914.813	0,350	17.872.517	0,324	-1.425.923	-7,54
Despesa Total	21.451.121	0,397	19.008.773	0,344	-844.909	-3,94
Despesas Primárias (II)	20.892.822	0,387	18.386.667	0,333	-744.505	-3,56
Resultado Primário (III) = (I-II)	-1.978.009	-0,037	-514.150	-0,009	-681.419	34,45
Resultado Nominal	1.952.288	0,036	1.067.786	0,019	-526.630	-26,98
Dívida Pública Consolidada	7.467.323	0,138	5.075.663	0,092	-496.637	-6,65
Dívida Consolidada Líquida	5.005.904	0,093	3.618.924	0,066	-526.630	-10,52

ESPECIFICAÇÃO	Valor - R\$ milhares
Previsão do PIB Federal para 2014	5.398.712.320
Valor realizado do PIB Federal para 2014	5.521.256.074

Analisando esse cenário, pode-se constatar que, em relação aos valores fixados na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2014, Lei nº 5.164/2013, alterada pela Lei nº 5.284/2013, todas as observações apresentaram-se abaixo das previsões iniciais, com destaque para o total das receitas, que alcançou 11,82% a menos do esperado.

Esse baixo resultado se deve, sobretudo, a ineficiência da execução das receitas de operações de crédito, que atingiram execução de apenas de 22,12% do esperado. Também se destacam, nessa constatação, as transferências de capital, que não ultrapassaram a casa dos 33,88% da expectativa, para aplicação no programa de mobilidade. Contudo, o resultado foi mitigado pela execução das receitas de aplicação financeira, relativas a remunerações decorrentes de recursos do RPPS – DF, administrado pelo IPREV-DF, dado que deixou de constar da projeção inicial da LDO.

Porém, é necessário considerar, nesse cenário, os valores de Resultado Primário, Dívida Consolidada e Consolidada Líquida, além da relação percentual dos resultados em função do PIB Brasil, concluindo-se que, em termos de valores, os limites estabelecidos foram devidamente alcançados ou não ultrapassados, conforme se verifica no quadro a seguir, que apresenta maior detalhamento. Há que considerar, por fim, que esse resultado se deve ao fato de que diversas despesas foram absorvidas pelo Orçamento de 2015, por insuficiência de recursos financeiros, não vinculados. Desta forma, mesmo considerando a utilização de R\$ 570 milhões de superávit financeiro do exercício anterior, o resultado primário de R\$ 514 milhões negativos ainda ficou abaixo da expectativa, que estava fixado em R\$ 1,978 bilhão:

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DA
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2014)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

Valores Correntes em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2014			
	LDO ⁽¹⁾	REALIZADO ⁽²⁾	%	Diferença
	(A)	(B)	(B / A)	(B - A)
I – RECEITAS				
I.1 – Receitas Correntes + Capital	21.451.121	18.916.078	-11,82	-2.535.043
I.2 – Deduções (Receitas Financeiras)	2.536.308	1.043.560	-58,86	-1.492.748
I.2.1 - Aplicações Financeiras ^(*)	150.412	459.641	205,59	309.229
I.2.2 - Operações de Crédito	2.205.471	487.897	-77,88	-1.717.574
I.2.3 - Alienação de bens	150.719	7.277	-95,17	-143.442
I.2.4 – Amortizações	29.706	88.745	198,74	59.039
Total das Receitas Fiscais (A)	18.914.813	17.872.518	-5,51	-1.042.295
II – DESPESAS				
II.1 – Despesas Correntes + Capital	21.451.121	19.008.773	-11,39	-2.442.348
II.2 – Deduções (Despesas Financeiras)	558.298	622.105	11,43	63.807
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida	150.967	183.052	21,25	32.085
II.2.2 - Amortização da Dívida	177.925	187.546	5,41	9.621
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	229.406	251.507	9,63	22.101
II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integralizado	-	-	0	0
Total das Despesas Fiscais (B)	20.892.823	18.386.668	-12,00	-2.506.155
III – Resultado Primário (A - B)	-1.978.010	-514.150	-74,01	1.463.860
IV – Saldo do Exercício Anterior	-	570.060	0	0
V – Resultado Primário Real (III – IV)	-	55.910	0	0
IV – Resultado Nominal ⁽³⁾	1.952.288	1.067.786	-45,31	-884.502
Dívida Pública Consolidada ^(*)	7.467.323	5.075.663	-32,03	-2.391.660
Dívida Consolidada Líquida ^(*)	5.005.904	3.618.924	-27,71	-1.386.980

Observações:

(1) LDO 2014 - Lei nº 5.164/2013. Metas alteradas pela Lei nº 5.284/2013.

(2) Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre de 2014

(3) Resultado nominal apurado pelo conceito "**abaixo da linha**", que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida, 3º quadrimestre de 2014 em relação ao mesmo período do exercício anterior.

(*) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00-remuneração de depósitos bancários e 1328.00.00-remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência dos servidores - RPPS – DF, sendo esta última classificação não considerada na LDO inicial.